



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A ADMINISTRAÇÃO DO DESEMPREGO: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

Tainá Rocha dos Santos¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir as alternativas mercadológicas de administração do desemprego, atreladas à contemporaneidade do Serviço Social, com intuito de apreender os rebatimentos das transformações societárias no mercado de trabalho desses/as profissionais, tendo em vista o contexto de formação e prática profissionais em Serviço Social na realidade brasileira.

Palavras-chave: Desemprego. Formação profissional. Mundo do trabalho. Prática profissional. Serviço Social.

Abstract: This work aims to discuss the marketing alternatives of unemployment administration, linked to the contemporaneity of the Social Service, in order to apprehend the rebats of the societal transformations in the labor market of these professionals, with a view to the context of professional training and practice in Social Service in the brazilian reality.

Keywords: Unemployment. Professional training. World of work. Professional practice. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a precarização do mundo do trabalho, bem como a administração do desemprego, atrelada à contemporaneidade do Serviço Social. Para tanto, busca ressaltar as alternativas mercadológicas de enfrentamento a tal contextualização, perpassando a formação e prática profissionais dos/as assistentes sociais, com intuito de apreender os rebatimentos das transformações societárias no mercado de trabalho desses profissionais na contemporaneidade, tendo em vista o contexto de formação e prática profissionais em Serviço Social na realidade brasileira.

O método utilizado neste trabalho se baseia no materialismo histórico-dialético, o método em Marx, que, segundo Paulo Netto (2011), tem por objetivo conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, através de aproximações sucessivas do objeto, tendo em vista uma longa elaboração teórico-científica, partindo de uma pesquisa dedutiva, classificada por Gil (2002) como uma pesquisa que parte de análises gerais às específicas de um objeto, indo do geral ao particular.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: taina.rds@hotmail.com.

2 MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

O modo de produção capitalista, ao se basear na divisão sociotécnica do trabalho e na propriedade privada, se diferencia dos anteriores modos de produção pela formação de uma nova classe: a proletária. Este tipo de sociedade se baseia no trabalho assalariado, em que o que particulariza a sociedade capitalista é a transformação da força de trabalho em mercadoria. Por ser pautado na exploração da força de trabalho, o modo de produção baseado no capital, através do capitalista, compra esta força de trabalho mediante o salário, e daí extrai a riqueza produzida. Essa extração de mais-valia realiza a mercadoria e aumenta o capital investido inicialmente, fazendo com que o capitalista obtenha lucro – enquanto finalidade do sistema.

Essa realidade exposta pelo/no modo de produção capitalista se deu com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho², permeada pela acumulação capitalista, sendo configurada desde a transformação das terras em pastos de ovelhas, que visava o desenvolvimento capitalista através do processo de concentração e centralização. Saliendo o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e os seus rebatimentos nas relações e condições de trabalho, assim como no processo de reprodução social, é possível compreender as mudanças ocorridas nos processos econômicos e políticos no capitalismo desde a década de 1970, enquanto momento de erosão do padrão produtivo fordista/taylorista, fundamentado na produção e no consumo em massa, para um modelo de acumulação flexível.

A expansão do sistema capitalista tornou-se incontrolável, sendo constituída a partir de crises, que foram fundamentais para a globalização e intensificação do sistema. É necessário evidenciar que “[...] é com o ciclo econômico – da crise ao auge – que o capital desloca barreiras e entaves” (SANTOS, 2012, p. 133). A partir de 1970, foi evidenciada uma crise econômica do capital, que para Mészáros (2011) é uma “crise fundamentalmente estrutural”, que expressa o cerne das contradições do capitalismo, em que uma das suas expressões é fomentada através da produção e do consumo supérfluo, causando, conseqüentemente, a corrosão do trabalho e do homem. Assim,

² “As reais mudanças que deram base ao modo de produção capitalista ocorreram em fins do século XV e início do século XVI, quando os proletários “livres como pássaros” foram lançados ao mercado de trabalho. Tal fato se deu através das expulsões do campesinato da base fundiária, tendo início na Inglaterra, a partir do desenvolvimento da manufatura flamenga de lã, impulsionando a transformação das terras de lavoura em pastagens de ovelhas, conformando uma realidade de expropriação dos pequenos camponeses” (SANTOS, 2018, p. 21).

A crise do capitalismo expressou um conjunto de transformações societárias, que refletiram sobre diversos aspectos da vida social. A partir de então, iniciou-se uma crise sistêmica, universal e estrutural, acarretando, no bojo da “globalização”, além de uma crise de superprodução também uma crise financeira. Essa crise estrutural do capital impulsionou um processo de reestruturação produtiva, a fim de resgatar os níveis de acumulação no seu ciclo reprodutivo, por meio de mudanças na produção, circulação e nas relações sociais com o advento de novas tecnologias, modificações nos mercados consumidores e novas relações de controle do capital sobre o trabalho (COSTA; SOUZA, [2017], p. 4).

Para Antunes (2006), foi nesse contexto que a introdução de novos métodos e procedimentos na produção³ se consolidou no mundo do trabalho contemporâneo. Os impactos da lógica capitalista foram sinalizados nos países periféricos, como no caso brasileiro, evidenciando os impactos da reestruturação produtiva nas décadas de 1980 e 1990, quando as empresas começaram a adotar novos padrões organizativos e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho.

Dessa forma, os rebatimentos da reestruturação produtiva modificaram as relações e as condições de trabalho em escala mundial, quando os postos de trabalhos foram sendo extintos, instituindo a realidade do desemprego estrutural, do rebaixamento dos salários, da intensificação da exploração da força de trabalho (através dos investimentos tecnológicos e de controle do trabalho). Assim, o desemprego estrutural, bem como as inúmeras formas de precarização das condições de trabalho, impuseram aos trabalhadores a necessidade de adequar-se às exigências de qualificação profissional e educacional, mesmo que as empresas/indústrias não dispusessem de uma estrutura de formação interna compatível à tal demanda.

Os momentos de crise interferem intimamente na vida dos trabalhadores, pois ao solicitar aperfeiçoamento das técnicas utilizadas no meio de produção, o capital acaba por desempregar uma proporção massiva de proletários. Com isso, a tendência mercadológica é direcionada à “[...] ampliação de trabalhos temporários como forma de reduzir as despesas do sistema do capital, resultando daí o desemprego para os trabalhadores permanentes” (BEZERRA, 2013, p. 156). Esse trabalho temporário é visto como uma forma de diminuir os índices de desemprego, porém precariza o trabalho e o indivíduo, pois este não tem nenhuma garantia trabalhista.

Esse dinamismo capitalista surge para responder ao desemprego estrutural, pois, como seu sistema não tem controle sob esta expressão – criação da sua própria dinâmica contraditória – acaba por fragilizar a força de trabalho para, assim, continuar a ampliação

³ Como a produção pautada no *just in time* (justo em tempo), no *kanban* (placas utilizadas para a reposição de peças), na flexibilização, terceirização, subcontratação; nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), Controle de Qualidade Total (CQT); na eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, dentre outros.

dos seus lucros. Diante dessa crescente miserabilidade vinculada ao desemprego, o Estado propõe medidas de intervenção social que viabilizam diminuir a condição pauperizada da classe trabalhadora. No entanto, é perceptível que essas medidas se tornam apenas uma forma de manutenção do capital frente ao exército industrial de reserva.

Tais mudanças vieram acompanhadas da precarização e da desregulamentação do trabalho através da expansão dos novos regimes de trabalho precário, do aumento do setor de serviços, com as terceirizações, subcontratações, trabalho parcial e temporário. Diante disso, a organização do trabalho sofre mutações, com a ênfase no trabalho em equipe e no temporário, na necessidade de operação em várias máquinas ao mesmo tempo, na intensificação do tempo de produção.

Segundo Costa e Souza ([2017]), o perfil de trabalhador requisitado por este novo mercado de trabalho adquire novas características e impõe novas atribuições: o mercado de trabalho passa a requisitar um trabalhador mais escolarizado, polivalente, com maior capacidade de negociação e maior disponibilidade. Novas habilidades e competências passam a ser exigidas, como capacidade de lidar com novas tecnologias de informação e comunicação; raciocínio lógico; disposição para correr riscos e espírito de liderança; disseminação de valores como comprometimento, participação, empreendedorismo.

Com tal realidade (im)posta, os trabalhadores passam a ser responsabilizados individualmente pelo estado de desemprego em que se encontram e, para tanto, são chamados a encontrar soluções também individuais para se inserirem e se manterem empregados: uma das alternativas para tal se expressa através do investimento em qualificação profissional. As alternativas por parte do Estado correspondem, fundamentalmente, à promoção de processos de treinamento.

Neste sentido, o enfoque em processos de formação profissional tem sido acompanhado de argumentos favoráveis ao capital humano, com enfoque na educação como base ao desenvolvimento econômico. Com isso, a qualificação e o treinamento profissional passam a ser retratados como condição à garantia da empregabilidade e elevação do rendimento dos trabalhadores. A ideia de dependência aos programas de proteção social também contribuiu para uma parca empregabilidade por parte de um conjunto de trabalhadores que se encontram desempregados.

Na realidade brasileira, a predominância de investimentos em processos de qualificação profissional, por parte do Estado, surge como importante elemento da política pública de emprego. Os processos de qualificação profissional que foram implementados pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1990, com a colaboração ativa dos trabalhadores, empresários, instituições governamentais e não-governamentais, tornaram-se objetos de

análises referenciados em tendências mais gerais colocadas no cenário contemporâneo. Dessa forma, a política de qualificação se propõe a “responder” a todos os requisitos necessários às exigências da dinâmica capitalista. Contudo, a qualificação e o treinamento profissional ressaltam a condição para a garantia da empregabilidade e elevação do rendimento dos trabalhadores, objetivando a preparação de uma força de trabalho para o mercado de trabalho.

Partindo do postulado em torno à crise da categoria trabalho, Iamamoto (2008) salienta que a crescente heterogeneidade do trabalho assalariado – em relação à renda, qualificação, estabilidade no emprego, reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidades de ascensão, autonomia, diferenciação entre a "produção de bens" e "serviços" –, expressa no mercado de trabalho e nas entidades dos trabalhadores, expõe a relevância do trabalho remunerado dependente, diante a percepção dos interesses sociais, na autoconsciência e no comportamento institucional e político dos trabalhadores.

Segundo Silva (2017), as mudanças societárias, representando um impacto direto na qualidade e na prestação dos serviços, principalmente no que se refere à garantia das condições éticas e técnicas do exercício profissional, em que as condições de venda da força de trabalho do/a assistente social, enquanto trabalhador assalariado, vêm sendo acirradas quando da realidade de vínculos precários, de uma formação de um excedente de trabalhadores/as semiquualificados/as, da expansão do Ensino a Distância (EAD), bem como do crescimento do ensino do setor privado, aliado ao processo de precarização do ensino superior no Brasil – resultando no barateamento da força de trabalho.

Particularizando o Serviço Social, a autora supracitada ressalta o surgimento da "prática profissional", ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo/a assistente social, através de competências tais que ressaltassem o acionamento de estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional; as relações de poder institucional; os recursos à disposição para o trabalho institucional ou empresarial que contratasse o assistente social; as políticas sociais específicas; os objetivos e demandas das instituições empregadoras; bem como a realidade social da população usuária dos serviços prestados. Dessa forma, a prática profissional do/a assistente social é vista diante sua relação para com o usuário, os empregadores e os demais profissionais, em que sua atividade é socialmente determinada, considerando as condições sociais em que se realiza.

Para Iamamoto (2008), a ‘matéria-prima’ do trabalho do/a assistente social está centrada na “questão social” em suas múltiplas expressões, bem como nas experiências vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas. Assim, as

características específicas que as expressões da “questão social” assumem aos níveis regional, estadual e municipal e as alterações sócio históricas que nelas vêm se processando, também em função das formas coletivas com que possam estar sendo enfrentadas pelos sujeitos envolvidos, devem ser levadas em consideração.

Com isso, os resultados/produtos dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais determinam-se tanto no campo da reprodução da força de trabalho (enquanto obtenção de metas de produtividade/rentabilidade das empresas; viabilização de direitos e de prestação de serviços públicos direcionados à coletividade; educação sociopolítica, vindo a afetar hábitos, pensamentos, comportamentos, práticas dos indivíduos em suas múltiplas relações e dimensões da vida cotidiana na produção/reprodução social), quanto em componentes que refazem ou reinventam a vida em sociedade.

Mediante os princípios norteadores da estruturação das atividades econômicas e jurídico-institucionais, a flexibilização, através da desregulamentação pública a favor da autorregulação do mercado, chocou-se com as regulamentações rígidas do mercado de trabalho sobre uma especialização profissional. Assim, se fez necessário um investimento de esforços coletivos na identificação de algumas realidades, para que a defesa do projeto político-profissional, a qualidade dos serviços sociais prestados, a preservação do emprego e a ampliação de postos de trabalho e do espaço ocupacional dos/as assistentes sociais se viabilizassem.

Dessa forma, o exercício profissional do/a assistente social enfrenta a precarização das relações e condições de trabalho, diante uma realidade atrelada aos dilemas que expressam sua condição de assalariamento e por tensões sobre as possibilidades de organização política da categoria, com exigências em torno às respostas profissionais burocratizadas e imediatas às expressões da “questão social”. Entende-se, também, que tais profissionais sofrem os rebatimentos da desregulamentação do trabalho, mediante os processos de precarização da força de trabalho, mesmo diante de uma aparente ampliação da contratação destes profissionais na contemporaneidade, que contam com ampliações pautadas em condições reais de trabalho e contrato precários.

Nesse movimento de profundas transformações, consolidou-se a flexibilização/precarização, através da reafirmação do lucro e da competitividade como estruturadores do mundo do trabalho. Tal dinâmica atingiu também o trabalho do/a assistente social, em seus diferentes espaços socioocupacionais, através da insegurança do emprego, das precárias formas de contratação, da intensificação do trabalho, do aviltamento dos salários, da pressão pelo aumento da produtividade e dos resultados imediatos, entre outros fatores que permeiam o exercício profissional.

Dessa forma, é facultado ao/à assistente social uma análise frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, buscando estabelecer com estes uma relação de interioridade e de pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe – mesmo com todas as dificuldades postas a tal processo. Assim, o trabalho do/a assistente social deve expressar um movimento de articulação de conhecimentos e lutas por espaços no mercado de trabalho, com competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores, mobilizando-se no interior de um movimento dinâmico/dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos, bem como sua intervenção, na atuação profissional e realidade social.

Os processos de terceirização e de subcontratação de serviços individuais dos/as assistentes sociais (por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de “cooperativas” de trabalhadores), na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, são intensificados no âmbito do Serviço Social. Para Raichelis (2011),

[A] dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (p. 422).

Dessa forma, os efeitos da flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do/a assistente social se fizeram sentir em níveis e intensidade não vistas, até então, pela profissão. As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, vindo a desencadear novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do/a assistente social na contemporaneidade.

Tendo em vista a ampliação das desigualdades de classe radicalizadas na “questão social” em suas variadas expressões, a ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social nas últimas décadas sofreu com as alterações nos espaços ocupacionais do/a assistente social, vindo a expressar a dinâmica da acumulação e a composição do poder político e a correlação de forças no âmbito estatal, com resultados regressivos quanto à conquista e usufruto dos direitos ao universo dos trabalhadores. Tais espaços refletem ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira, quando expressa os novos contornos ao mercado profissional de trabalho, fazendo emergir

inéditas requisições e demandas profissionais, bem como novas habilidades, competências e atribuições.

Dessa forma, é requisitado um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas progressivas à democratização das relações sociais, se fazendo necessário, e até mesmo exigido, um compromisso ético-político para com os valores democráticos e uma competência teórico-metodológica pautada na teoria crítica, perfazendo um caminho tal que esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, venham a possibilitar que as situações particulares com que se defronta o/a assistente social em sua prática profissional sejam decifradas, requisitando um profissional que seja capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, com o intuito de estimular a participação social na defesa de seus direitos (IAMAMOTO, 2009).

Assim, as qualificações profissionais são compreendidas a partir de uma perspectiva histórica, enquanto produtos e respostas a necessidades econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade historicamente situadas, partindo do grau de expansão do sistema educacional e do acesso à educação geral, do acúmulo de experiências concretas de trabalho e de possibilidades de aquisição de conhecimentos e habilidades. Diante o quadro atual do processo de acumulação capitalista, a transição a um paradigma fundado na informação passa a indagar sobre a pertinência de novas exigências para as qualificações profissionais.

As qualificações passaram a ser entendidas, partindo de uma visão crítica da realidade, como expressões das relações sociais e como resultantes do embate entre o capital e o trabalho, vindo a expressar uma relação política/de poder, em que seu movimento se expressa enquanto processo de produção de bens e serviços, diante os contornos variados de cada país, de cada contexto. Assim, a formação consubstanciada ao sistema educacional, passa a se configurar como um dos aspectos do processo de socialização, com o intuito de preparar os indivíduos para a inserção deste no mundo do trabalho, como um processo totalizador que abrange o conjunto da vida em sociedade e das relações humanas, e não apenas a esfera das relações dos indivíduos com o trabalho e com a produção.

Em suas análises sobre a formação profissional em Serviço Social, Koike (2009) ressalta os requerimentos que expressam a realidade social e o desenvolvimento teórico-prático e ideopolítico da profissão, levando em consideração a contemporaneidade da sociedade brasileira. Dessa forma, a autora supracitada salientou a necessidade em se manter a criticidade na formação e na atuação profissional, diante à atualidade e às

transformações societárias, desencadeadas pelo movimento das classes sociais, quanto ao enfrentamento da crise contemporânea do capital.

Com isso, novas exigências profissionais são suscitadas às práticas profissionais, a partir de processos de formação profissional e da organização dos sujeitos profissionais. Quando da transformação da

[...] educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária. Ambiente institucional danificado, de ethos acadêmico degradado, ao se constituir lugar da formação acadêmico-profissional das novas gerações torna-se, também, solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário (KOIKE, 2009, p. 10).

Contrariamente, a formação profissional contemporânea dos/as assistentes sociais no Brasil, instituindo seu projeto ético-político como fator hegemônico, assume uma perspectiva distinta das concepções hegemônicas de educação e de sociedade, como legado das configurações do Serviço Social tributárias do processo de reconceituação latino-americano dos anos 1960-70, bem como dos desdobramentos da profissão nas singularidades históricas do Brasil, formação esta vinculada à concepção de educação e de sociedade referenciada na construção de ordem societária sem exploração ou dominação de classe, supondo a erradicação dos processos de exploração – enquanto princípios balizadores do Código de Ética da profissão.

Ao ressaltar a mediação da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) na construção na formação profissional em Serviço Social, Abreu (2016) salienta que a profissão é mediada e exerce função mediadora no âmbito da produção e reprodução social e do controle social, diante o contexto histórico da sociedade capitalista. Dessa forma, a profissão é objetivada no mercado de trabalho através das políticas sociais quanto ao enfrentamento da “questão social” e controle da pobreza, facultando ao Estado a condição de principal empregador do/a assistente social. Assim, a intervenção profissional é pautada nas contradições que envolvem a luta de classes, em que se expressa com parte do processo de transformações sociais.

Representando um avanço substancial no processo de construção da formação profissional em Serviço Social, as diretrizes curriculares de 1996 referem-se

[...] à afirmação das ‘dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade’, [...] e à instauração de uma nova lógica curricular, com base na articulação de ‘um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional’ (ABREU, 2016, p. 251-252).

Em que tais núcleos de fundamentação (fundamentos teóricos-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional), configuraram-se na proposta curricular pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 – e na lógica da flexibilização econômica na base da reforma educacional, e tiveram por preocupação a manutenção da essência da proposta curricular quanto ao direcionamento social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados nos núcleos de fundamentação, enquanto condição a uma formação pautada em competência teórica, técnica e ética no exercício profissional.

Todavia, as diretrizes tendem a reducionismos teóricos-metodológicos e desvios ético-políticos a partir do aprofundamento das estratégias privatistas mercantilistas, pautadas numa formação pragmática/flexível/instrumental, que rebaixa a qualidade do ensino, aprofunda a precarização das relações de trabalho e impulsiona a proliferação do ensino em instituições privadas e do ensino a distância, em que a lógica privatista mercantilista rege as práticas acadêmicas. Surge o predomínio da formação instrumental voltada aos interesses imediatos e a perpetuação das desigualdades sociais. Assim, as políticas tendem a reatualizar o assistencialismo e ao favorecimento do individualismo e da despolitização no enfrentamento da “questão social”.

Segundo Iamamoto (2013), novos caminhos estão surgindo, em relação ao debate profissional, em busca de uma nova qualidade quanto à prática profissional do Serviço Social. Tal análise da dimensão política do exercício profissional é relacionada ao debate referente ao avanço progressivo das alternativas situacionais da atuação profissional, quanto a realidade latino-americana. Assim, a profissão se propõe como alternativa quando articula, facilita e reforça o desenvolvimento do projeto social organizado em torno aos interesses populares.

Em relação à formação profissional, a autora ressalta que a mesma é pautada no ‘preparo’ científico de profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional construído coletivamente e situado historicamente, remetendo a uma formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos em torno a realidade social de seu espaço ocupacional, além de ter como função o apontamento de possibilidades teórico-práticas da profissão quanto à realidade social. Dessa forma, os pressupostos à formação em Serviço Social exigem uma articulação entre formação acadêmica, exercício profissional e organização sindical em busca de uma unificação do projeto coletivo da profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao salientar as transformações do mundo do trabalho, apreende-se que os resultados das profundas mudanças que o capitalismo perpassa, tanto na sua lógica produtiva como ideológica em favor de sua própria manutenção, demonstra que os padrões e valores típicos de uma sociabilidade que vive para o consumo imediato de mercadorias são colocados como centrais, e que o valor de troca e a mercantilização são valorizados independente das reais necessidades da população.

A qualificação profissional, como estratégia de enfrentamento ao desemprego, incorporou a lógica da empregabilidade, bem como das competências profissionais. O discurso adotado pelo Estado em relação às ações de qualificação profissional tem se pautado, prioritariamente, na ideia de enfrentamento do desemprego através da preparação e formação dos trabalhadores para o seu ingresso no mercado de trabalho – numa sociedade que não garante o trabalho e diante de um contexto em que o desemprego e a precarização do trabalho se constituem como parte da dinâmica capitalista.

Com isso, o estímulo à figura do trabalhador polivalente, que realiza múltiplas atividades ao mesmo tempo e com o mesmo salário, rompe as rígidas barreiras das especialidades profissionais, especialmente nas funções de menor qualificação, imputando um estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade, perfazendo um caminho de precarizações na estrutura do mundo trabalho, atingindo todo o contexto do trabalho assalariado, contexto este em que o/a assistente social se insere.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In*: SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. *In*: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEZERRA, A. L.S. O desemprego crônico: uma característica explosiva da ordem sociometabólica do capital. *In*: ALCÂNTARA, M. N.; PIMENTEL, E.; SOUZA, R.M. (Org.). **Em defesa do pensamento crítico: relações sociais, trabalho e política**. Maceió: EDUFAL, 2013.

COSTA, F. M.; SOUZA, F. S. **Assistência Social, Trabalho e Qualificação Profissional: tendências e contradições**. Brasília: Ipea, [2017]. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos>. Acesso em: 10 dez. 2017.

IAMAMOTO, M. V. Formação Profissional. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. *In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANTOS, J. S. **“questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, T. R. **A precarização do trabalho: uma das formas de administração do desemprego no Brasil**, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2018.

SILVA, A. M. Serviço Social e Mercado de Trabalho. *In: MACHADO, M. L.; SANTOS, V. N.; BORGES, J. L. J. (org.). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2017.